



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS-UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

A RELAÇÃO ESCOLA/FAMÍLIA E A APRENDIZAGEM DOS ALUNOS

HELOISA MAIA PRATES

BELO HORIZONTE, 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

A RELAÇÃO ESCOLA/FAMÍLIA E A APRENDIZAGEM DOS ALUNOS

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do curso de pós Graduação em gestão Escolar da Universidade federal de Minas gerais (UFMG), sob a orientação do (a) Professor (a) Giselle Cristina Rodrigues do curso de especialização em Gestão escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE, 2013
FOLHA DE APROVAÇÃO**

HELOISA MAIA PRATES

A RELAÇÃO ESCOLA/FAMÍLIA E A APRENDIZAGEM DO ALUNO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 19 de julho de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores

Prof. Nome completo do professor - Avaliador

Prof. Nome completo do professor - Avaliador

Prof. Nome completo do professor - Avaliador

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, a meus pais (*in memória*), aos meus filhos, Felipe, Pedro e Gustavo e ao meu esposo Valdecy.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, a minha família, aos professores, em especial a Giselle, Marielle e Aline pelo incentivo e aos colegas do Curso de Especialização em Gestão Escolar.

“Tenha em mente que tudo que você aprende na escola é trabalho de muitas gerações. Receba essa herança, honre-a, acrescente a ela e, um dia, fielmente, deposite-a nas mãos de seus filhos”

Albert Einstein

RESUMO

Este estudo foi realizado com o objetivo de analisar a importância da participação da família para o desempenho escolar dos alunos da Escola Municipal Dominginhos Pereira. A pesquisa foi realizada através de pesquisa bibliográfica e análise do Projeto Político Pedagógico da escola. O estudo permitiu considerar que a boa relação, o estabelecimento de diálogo e a interação escola-família foram aspectos que o estudo demonstrou ser de fundamental importância para que, tanto a escola quanto os pais de alunos cumpram a tarefa que lhes cabe na educação das crianças, proporcionando-lhes equilíbrio emocional e o desenvolvimento cognitivo e social desejável.

Palavras-chave: Escola. Família. Desenvolvimento escolar. Gestão democrática.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	Erro! Indicador não definido.
REFERÊNCIAS	21
ANEXO – Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Dominginhos Pereira	23

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de uma reflexão acerca da importância da integração da família com a escola e sua influência no aprendizado do aluno. Ao analisar e re-elaborar o Projeto Político pedagógico da Escola Municipal Dominginhos Pereira foi possível perceber que apesar da escola estar bem estruturada ainda há uma lacuna considerável no que diz respeito ao rendimento escolar dos alunos, o que torna pertinente essa análise.

A referida escola encontra-se localizada no Município Montes Claros-MG, na Avenida Que Luz s/nº, bairro Maracanã, telefone (38) 3229-3394 e que atende a 1220 alunos do bairro e adjacências. A escola oferece o Ensino Fundamental, do 1º ao 9º anos, e Educação de Jovens e Adultos EJA (1º ao 8º períodos). A citada escola traz em suas finalidades a valorização, incentivando e reconhecendo as contribuições individuais e coletivas dos alunos e colaboradores, profissionais, pais de alunos e toda a comunidade escolar. A escola procura trabalhar em uma linha de gestão democrática e em conformidade com as legislações vigentes

A Escola Municipal Dominginhos Pereira, atende uma clientela inserida em comunidades constituídas por famílias da periferia, trabalhadores braçais, funcionários de pequenas indústrias e muitos pais desempregados, que sobrevive de ações afirmativas de poder público, como Bolsa Família e outros auxílios do governo. Boa parte das famílias é formada por pais separados, e na maioria das vezes são criados apenas pela mãe ausente, porque trabalham para manter o sustento dos filhos. São, portanto alunos provenientes de classe socioeconômica baixa sendo de suma importância evidenciar o aspecto humano neste documento, onde os direitos e deveres, dos alunos, professores, pais e demais colaboradores sejam cotidianamente discutidos, analisados, avaliados e colocados em prática.

Segundo Oliveira (2002) a escola e a família trabalham com alguns conceitos e parâmetros diferentes na busca da educação do aluno. Porém, mesmo em que pese opiniões em contrário categoricamente podemos afirmar que uma instituição complementa a outra, e, quando bem preparadas, trabalhando juntas, o resultado é sempre satisfatório.

Não é o bastante que a família tenha a plena certeza da presença do filho na escola. É preciso muito mais, é necessário que ela tenha uma perfeita visão de como ele está sendo ensinado e qual o grau de aproveitamento. Isto, para que ocorra um ensino e que o objetivo de ambas (escola e família) sejam atingido.

Destaca-se então a importância do papel do gestor escolar nesse contexto. De acordo com Whittmann (2000, p.88):

(...) o gestor da escola defronta-se com novas demandas, oriundas da evolução da sociedade e da base material das relações sociais. Neste contexto, a educação e sua administração, como origem e destino da relação entre a teoria e prática, engendram novas bases teóricas e (re) constroem práticas.

A consciência dos benefícios advindos com a presença da família na escola é o motivo desta análise. Nela tivemos como objetivo principal analisar a importância da participação da família na escola para o bom desempenho escolar dos alunos da Escola Municipal Dominginhos Pereira de Montes Claros.

II - DESENVOLVIMENTO

O nosso primeiro pensamento é analisar como a relação escola/família contribui para o ensino aprendizagem dos educandos da Escola Municipal Dominginhos Pereira, entendendo que a família é a primeira instituição social da criança, é de extrema relevância que a mesma trabalhe em consonância com a escola. Não podemos negar a hierarquia da família e o papel que ela desempenha na vida da criança. Muitos dos valores e sentimentos que manifestamos quando adultos, na convivência com os semelhantes são realizados em primeiro lugar na família. O respeito, o afeto, a generosidade são alguns conceitos que não são aprendidos na Escola como matéria de natureza intelectual, mas são assimilados pela criança através do exemplo dos pais e do estímulo dos professores.

Quando a família falha neste aspecto as lacunas logo se fazem observar: crianças inseguras, tímidas, agressivas e tristes, enfim crianças carentes afetivamente e a carência afetiva causa tantos danos quanto à carência material.

Educar é uma missão confiada aos pais não só pelas leis sociais, mas também pelas leis universais e prova disso é o fato do ser humano depender da assistência física psicológica e afetiva dos pais para se desenvolver física e socialmente.

De acordo com a revista Logosófica RAUMSOL (1998) a responsabilidade da escola é grande para o desenvolvimento, participação e integração social da criança e não pode ficar à margem da família como instituição auxiliar. Precisa atuar em consonância com as necessidades e realidades da mesma, deve ouvir os pais, conquistar, respeitá-los e, sobretudo tratá-los com afeto, pois assim criarão vínculos com a família favorecendo o processo de desenvolvimento integral e harmônico do aluno. Sendo assim, não se pode negar que a família e a escola ocupam um lugar privilegiado no processo educacional dos alunos e que a família em particular tem

um papel ainda mais especial, pois a criança, de um modo geral, esta com ela desde o seu nascimento.

É histórico e notório também o fato de que as mudanças da sociedade ocidental contemporânea, principalmente aquelas relacionadas à estrutura econômica e social levou as mulheres a maior participação no mercado de trabalho o que fez com que elas deixassem a educação dos filhos, cada vez mais, a cargo da escola e das creches. E a ida da criança para estas instituições educacionais está acontecendo cada vez mais cedo e assim a escola ou a creche assume um papel muito importante na vida tanto das crianças quanto dos pais que depositam nela a esperança de sucesso de seus filhos na vida econômica e social futura, pois, como escreve Macedo (1994, p. 17), “É como se o sucesso escolar indicasse o sucesso dos pais.”

O Estatuto da Criança e do Adolescente, capítulo IV Art. 53 diz que “é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais”. Assim fica claro que é direito das famílias terem acesso aos métodos de ensino de seus filhos, podendo e devendo participar nas decisões dos projetos e currículo da escola.

Com muita propriedade os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p.115) afirmam que:

Apesar da variedade de tipos de organização familiar no Brasil, apesar das diferenças e das crises que se instalam, de forma geral, a família continua sendo um espaço valorizado pelos adolescentes e jovens, sobretudo porque, diferentemente do espaço público, ela aparece como um espaço de solidariedade. Mesmo quando agressiva, a família continua sendo sonhada como espaço de acolhimento.

A família é a principal responsável na condução do destino da criança, da infância à adolescência. Além da alimentação, compete a ela orientar os filhos sobre os valores sociais e culturais, guiando-os para o caminho do bem. O desenvolvimento da personalidade da criança depende, em muito, do ambiente de convívio familiar. Além do mais, a família é capaz de despertar o interesse e a curiosidade das crianças, e incentivá-las na sua aprendizagem. Mesmo com diferentes condições culturais, sociais e econômicas, não se pode negar a importância da intervenção da família na educação dos filhos.

A proposta Labor ¹ (2001, p. 1) afirma a importância da interação entre escola e família para o desenvolvimento escolar das crianças quando registra que “Quanto maior e mais positiva for à interação entre a escola e a comunidade a que ela atende, maior a probabilidade de a escola oferecer aos seus alunos um ensino harmonioso, sólido e proveitoso”. Assim, é importante que haja interação entre família e escola para que ambas participem da educação das crianças, cada uma desenvolvendo seu papel, sem que uma substitua a outra.

Ao abordar a importância da parceria entre escola e família na educação das crianças registra que para que os vínculos entre escola e família sejam criados com consistência e de forma duradoura, não se pode restringir do papel do gestor escolar que, segundo Whittmann (2000, p. 95) “tem, como um dos fundantes de sua qualificação, o conhecimento do contexto histórico-institucional no qual e para o qual atua”.

Na Escola Municipal Dominginhos Pereira a relação escola x comunidade é preocupação constante e as reuniões tem sido o processo mais utilizado para a aproximação dos pais com a escola, sendo seguida por atividades de projeto. As atividades festivas também são utilizadas pela escola para este fim. A escola tem se preocupado em promover a participação dos pais no processo ensino-aprendizagem do filho. Isso é muito importante uma vez que promover a participação da família não é fácil, pois lidar com culturas e parâmetros diferentes exige tempo e habilidade, e promover “as relações entre a família e a escola deve consistir em uma preocupação de todos os profissionais da educação” como afirma Medeiros (2003, p.49).

Na escola, o clima de relacionamento entre professores e alunos acontece de forma afetuosa e respeitosa. A escola, aqui entendida como professores e pedagogos que estão sempre disponíveis para receber os pais e torcem para que eles compareçam à escola. Sempre existe alguém na escola para receber os pais ou responsáveis pelos alunos. Pessoas que encontram-se capacitadas a tirar dúvidas, informar-lhes do desempenho escolar dos filhos, fazer elogios às crianças e informar-lhes da importância de participarem da vida escolar das crianças.

¹ A Proposta Labor sugere mudanças no cotidiano escolar. Mudanças que possibilitem uma transformação importante na relação professor-aluno, assim como na assimilação dos conteúdos ensinados na escola.

Para garantir este atendimento a escola prioriza um trabalho integrado, que valoriza a comunicação entre os funcionários dos turnos de funcionamento da escola e mantém atualizado o registro de tudo que diz respeito ao desempenho dos alunos, de modo que mesmo que compareçam à unidade de ensino em horário contrário ao que seu filho estuda, os pais serão informados com fidedignidade dos aspectos referentes à vida escolar de seus filhos. Foi possível compreender que registra-se sempre uma participação significativa de pais nas reuniões, fato que demonstra que a instituição, cumprindo o estipulado em seu PPP, tem valorizado e buscado integrar os pais com a escola, fator muito importante, até mesmo primordial para o bom desempenho escolar e social dos discentes.

Segundo Dourado; Duarte (2001), o termo gestor é aquele em que o administrador é visto como parte de um processo integrativo fundamental, buscando obtenção de resultados específicos. Gerir é, portanto, um processo pelo qual o gestor dirige, mantém, opera e controla uma organização, de forma democrática.

Neste contexto, a liderança apresenta-se, pois como uma das competências imprescindíveis para que o gestor consiga uma administração eficiente no que diz respeito ao que Goleman (1995, p. 164) denomina como sendo “não a dominação, mas a arte de convencer as pessoas a trabalhar para um objetivo comum”. Liderança que significa a capacidade de influenciar pessoas para trabalharem juntas, no alcance de metas e objetivos, de forma harmônica.

Segundo Oliveira, Moraes, Dourado (2012, p. 4), visto que “a gestão democrática implica um processo de participação coletiva”, o gestor escolar, como líder, em busca de bons resultados para seus alunos e para toda a comunidade escolar, deve buscar desenvolver uma gestão democrática, buscando a cooperação, oferecendo as melhores condições de trabalho possível aos seus liderados e advogando em favor de uma melhor participação dos pais na educação escolar de seus filhos.

Macedo (1994), por sua vez, reforça esta importância da gestão escolar em busca de uma participação mais efetiva dos pais nas decisões da escola, ressaltando que:

Naturalmente, depois da família, é na escola que as crianças permanecem mais tempo e, dadas suas características e funções, é em geral um importante espaço de avaliação das crianças, cujo comportamento está marcado pelas idiosincrasias familiares. Dessa forma, as relações entre esses dois sistemas são de fundamental importância para evitar dificuldades, crises e stress de todos. (MACEDO, 1994, p. 17)

Com base na citação acima deduz-se que não compete apenas à escola à função de educar, mas também à família. Dessa forma, é importante lembrar que a família devida principalmente, à sobrecarga de trabalho dos pais, esta deixando muitos papéis que deveriam ser desempenhados por eles, a cargo da escola e é importante que, para que consigam desenvolverem-se plenamente as crianças precisam da participação da família na escola mesmo que esta participação seja mínima, pois, “(...) não é o tempo que se está junto com os filhos, mas a maneira como se estabelece a relação com eles, o que importa” (MACEDO, 1994, p. 18). Neste sentido é importante que a escola mobilize as famílias, estabelecendo com elas um intercâmbio de idéias e colocá-las a par das propostas de atendimento aos seus filhos.

De acordo com Medeiros (2003, p. 46):

O conhecimento da família, do meio e da própria criança como também a tomada de consciência dos pontos básicos que devem nortear a sua ação, constituem os instrumentos do educador para a sua prática na escola. Nesse sentido o planejamento, a utilização dos recursos e o trabalho desenvolvido com as famílias assumem uma perspectiva dinâmica, onde a participação das crianças, dos pais e da comunidade em todo o processo transforma a escola num lugar vivo, a serviço dos alunos.

É notório que quando a família se interessa e participa da vida escolar de seus filhos os mesmos se desenvolvem satisfatoriamente e problemas surgidos são facilmente resolvidos. O Projeto Político Pedagógico da escola, segundo Oliveira, Moraes, Dourado (2012a, p. 1) destacam que este documento “deve refletir a dinâmica da instituição. Nele devem ser explicitados os objetivos, anseios, desejos, ou seja, tudo aquilo que a escola pretende alcançar”. Por englobar também as questões pedagógicas, ao ser elaborado com a participação de toda a comunidade

escolar, devem contemplar a participação dos pais na educação dos alunos, seus filhos.

Segundo Oliveira (2002, p. 176), “para trabalhar de modo produtivo no estabelecimento de uma aproximação com as famílias, os gestores, aqui incluídos os coordenadores e professores da escola (...) devem considerar que a família nuclear típica da cultura burguesa não é hoje a única referência existente”.

Além dessa referência de família que é constituída pelo pai, pela mãe, pelos filhos, proliferam hoje as famílias nas quais apenas a mãe ou o pai está presente, existem ainda as famílias extensas onde convivem na mesma casa várias gerações e/ou pessoas ligadas por parentescos diversos. Cabe às instituições respeitar esses tipos de famílias e estabelecer com as mesmas um diálogo aberto, considerando-as parceiras e interlocutoras no processo educativo, pois, “cada família e suas crianças são portadoras de um vasto repertório que se constitui em material rico e farto para o exercício do diálogo, aprendizagem com a diferença, a não discriminação e as atitudes não preconceituosas.” (Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil - RCNEI, 1998, p. 77)

Sobre a interlocução escola-família, Sarti (1996, p.18) afirma que

Para facilitar a interlocução com as famílias é importante identificar o ponto de vista do outro, experimentar seus valores, tentar entender e valorizar suas experiências; sua fala, sua visão de mundo, assim sentindo-se respeitadas e valorizadas, as famílias começam a participar e descobrem que suas idéias trazem contribuições importantes.

À medida que aprendem a perceber o ponto de vista do outro, valorizam e respeitam suas experiências e visão de mundo, quebrando a barreira da linguagem e comunicação. Por esta via, a escola, junto com os alunos e suas famílias, reflete e revê a prática pedagógica, situa problemas e dificuldades e descobre caminhos para uma educação democrática e, muitas vezes, conquista a família.

Infelizmente, hoje ainda existem escolas que têm uma relação conflituosa com as famílias de seus alunos. Como escreveu Oliveira os profissionais das escolas, “(...) apesar de reconhecerem a importância do trabalho com as famílias, costumam considerá-la despreparada e menos competente que o professor,

particularmente em se tratando de famílias de baixa renda ou formada por pais adolescentes” (OLIVEIRA, 2002, p. 177).

Há um equívoco, quando a escola ignora as diferenças da forma e pensar que coexistem na sociedade, considerando que o único jeito correto de educar é o que a escola adota. Esta atitude traz malefícios para todos, especialmente para as crianças que se tornam objeto dessa disputa entre adultos.

Sarti (1996, p. 21) considera que a escola dificulta a participação dos pais, “na medida em que nós educadores, tendemos a projetar a família com a qual nos identificamos – como idealização ou como realidade – no que e ou deve ser a família. O que impede de olhar e ver o que se passa a partir de outros pontos de vista”.

A dificuldade de enxergar cada família assim como ela realmente é, constitui um empecilho à aproximação entre professores, alunos e família dos alunos. Neste sentido o RCNEI (1998, p. 75) registra que:

Esta concepção traduz um preconceito que gera ações discriminatórias, impedindo o diálogo. Muitas instituições que agem em função desse tipo de preconceito tem procurado implantar programas que visam a instruir as famílias, sobre como educar e criar seu filhos dentro de um padrão preestabelecido e considerado adequado. Essa ação em geral moralizadora tem sido responsável muito mais por um afastamento das duas instituições do que por um trabalho conjunto em prol da educação das crianças.

Este é um problema a ser superado com vistas ao redimensionamento da relação entre escola e família. A escola precisa reconhecer que a família é referencia básica das crianças e que a mesma deve respeitar as posturas educacionais da família e desenvolver ações que estimulem interação entre essas duas instituições.

A boa relação inicial entre a família e a escola é fundamental para o bom trabalho com os alunos, pois os mesmos se sentem inseguros e podem apresentar comportamentos problemáticos quando percebem que há insegurança, desconfiança e ansiedades dos pais em relação à escola e aos professores. Quanto mais confiança os pais têm nos educadores e na escola como um todo, mais confiança os alunos terão neles também, facilitando assim, o convívio e abrindo canais cada vez mais amplos para um ensino-aprendizagem recíproco e satisfatório.

Quando a família se interessa e participa da vida escolar da criança a mesma se desenvolve satisfatoriamente e os problemas de ordem afetiva, de relacionamento com professores e colegas assim como os de ordem cognitiva são mais facilmente resolvidos. Felizmente a participação da comunidade na escola, atualmente, vai se intensificando cada vez mais, contribuindo assim para a melhoria da sociedade. É uma realidade que se manifesta com a evolução dos tempos.

Nesse sentido, fica claro que o sistema educacional deve procurar sempre alternativas que viabilize a interação da família com a escola. Paro (2001, p. 37) ressalta que “o professor, entretanto, pela natureza do trabalho que exerce e pelos fins a que serve a educação, precisa avançar mais, atingindo um nível de consciência e de prática política que contemplem sua articulação com os interesses dos usuários de seus serviços”.

Os pais que bem conhecem os filhos, devem também conhecer a escola, e do mesmo modo a escola que conhece os alunos também deve conhecer os pais. É dessa intercessão de conhecimento que surgirá uma melhor compreensão das dificuldades no aprendizado; oportunidade para a troca de informação e experiência entre pais e professores.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p.43) reforçam que “a interação entre equipe escolar, alunos, pais e outros agentes educativos possibilita a construção de projetos que visam à melhor e mais completa formação do aluno”.

É com a aproximação de pais, alunos, direção e professores que a escola poderá obter a quebra da desconfiança entre as partes, pois com essa aproximação todos os participantes poderão testemunhar o esforço de cada um e o grau das dificuldades, encontradas. Buscando suporte na teoria de Paro (2001), chega-se a conclusão da existência de fatores determinantes que possam influir decisivamente na participação ou não dos pais na vida escolar do filho: a situação sócio-econômica e cultural.

Não podemos deixar de considerar que os problemas gerados pela ausência da família na escola não são apenas os apontados acima, há também um despreparo da escola e da família. O fracasso escolar, a repetência, a evasão e mesmo a indisciplina e a violência têm sido apontados como resultados do distanciamento da família do ambiente escolar.

Para Paro (2001, p. 10), “não há dúvida de que podemos pensar na escola como instituição que pode contribuir para a transformação social”. É nesse sentido, portanto, que vemos a escola como uma opção para a melhoria da sociedade. Assim, compete à instituição escolar promover a criação de um ambiente propício para a interação entre a escola e a família, na busca de construir indivíduos críticos, participativos, formadores de opiniões, projetando assim um futuro melhor.

III - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta análise permitiram considerar que o Projeto Político pedagógico da Escola Municipal Dominginhos Pereira destaca a importância na relação família / escola para o bom desempenho de seus alunos. A boa relação, o estabelecimento de diálogo e a interação escola-família foram aspectos que o estudo demonstrou ser de fundamental importância para que, tanto a escola quanto os pais de alunos cumpram a tarefa que lhes cabe na educação das crianças, proporcionando-lhes equilíbrio emocional e o desenvolvimento cognitivo e social desejável.

No que diz respeito à participação dos pais na vida escolar de seus filhos, o estudo demonstrou que a falta de integração família-escola muito contribui para que os pais deixem a responsabilidade da educação escolar de seus filhos quase que exclusivamente a cargo dos professores, o que influencia negativamente no desenvolvimento dos alunos. A escola analisada, cumprindo o disposto em seu Projeto Político Pedagógico, dispensa tempo para atender os pais ou responsáveis por seus alunos e realiza reuniões periódicas com este fim. Os professores, especialistas e demais funcionários, durante estas reuniões procuram desenvolver

um trabalho mais efetivo com os pais de seus alunos a fim de proporcionar-lhes momentos para conhecimento dos objetivos e funções da escola e para refletirem sobre a responsabilidade e papel e importância da participação da família na vida escolar e na educação das crianças.

Por fim, foi possível concluir que, no atual contexto histórico, o processo de gestão escolar deve ser o democrático e cooperativo. O clima gerado pelas relações entre o gestor e os membros dos diversos segmentos da comunidade escolar é o principal responsável pelo êxito ou fracasso da ação pedagógica na escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília – DF: Senado, 1988. p. 137-142.

_____. Ministério da Educação. Assessoria de Comunicação Social. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília – DF: 2004.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos**. Brasília: MEC/SEF. 1998. v. 1. 103p.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF. 1998. v. 1. 103p. e v. 2. 86 p.

DOURADO, Luiz Fernandes; DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira. **Progestão: Como promover, articular e envolver a ação das pessoas no processo de gestão escolar? Módulo II**. Brasília: CONSED, 2001.

GOLEMAN, D. **Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente**. Tradução de Marcos Santarrita. 13. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995. p. 131-132.

MACEDO, Rosa Maria. **Avaliação psicopedagógica da criança de zero a seis anos**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MEDEIROS, Teresa Régia Araújo de. A participação da família na prática curricular da educação infantil. In: **Pátio**. Ano VII, n. 28. nov/2003 a Jan/2004. p. 46-49.

OLIVEIRA, João Batista Araújo. **Aprender e Ensinar**. São Paulo: Global, 2002.

OLIVEIRA, João Ferreira, MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão Escolar Democrática: definições, princípios, mecanismos de sua implementação. Escola de Gestores da Educação Básica**. Belo Horizonte, UFMG, 2012.

OLIVEIRA, João Ferreira, MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes. **Conselho Escolar e Autonomia: participação e democratização da gestão administrativa, pedagógica e financeira da educação e da escola. Escola de Gestores da Educação Básica**. Belo Horizonte, UFMG, 2012a.

PARO. Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2001.

SARTI, C. A **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pais**. São Paulo: Autores Associados, 1996.

WITTMANN, Lauro Carlos. Autonomia da Escola e Democratização de sua gestão: novas demandas para o gestor. **Em aberto**. Brasília, v.17, n. 72, p. 88-96, fev-jun, 2000.

ANEXO – Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Dominginhos Pereira



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS-UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
DOMINGUINHOS PEREIRA**

**EUSNETE RODRIGUES DA CRUZ
HELOISA MAIA PRATES
LIDIA SOARES SILVA
SOLANGE AFONSO MOTA
VALÉRIA FIUZA NERY NEVES**

BELO HORIZONTE
2013
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS-UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
DOMINGUINHOS PEREIRA

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Assistente Marielle Morais de Oliveira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE
2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
1. FINALIDADES DA ESCOLA.....	4
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	5
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa.....	5
2.1.1 Aspectos Financeiros.....	6
2.1.2 Aspectos Humanos.....	7
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	9
3. CURRÍCULO.....	12
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	13
5. PROCESSOS DE DECISÃO.....	14
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	14
7. AVALIAÇÃO.....	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS.....	21

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Dominginhos Pereira está localizada no município Montes Claros-MG, Avenida Queluz s/nº, bairro Maracanã, telefone (38) 32293394 e atende 1220 alunos de 22 bairros. A escola oferece o Ensino Fundamental, do 1º ao 9º anos, a Educação de Jovens e Adultos EJA (1º ao 8º períodos) .

A escola funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno, é mantida pela Secretaria Municipal de Educação e é administrada através da legislação Federal, Estadual e Municipal em vigor. Foi regulamentada pelo art. 7º da resolução 435/99 de 14 de julho de 1999. Possui os seguintes atos autorizativos: Portaria - 004/Doc/82, publicada no Minas Gerais de 08/05/82 que autoriza o funcionamento do Ensino Fundamental (1ª à 4ª série), portaria – 1085/96 - publicada no Minas Gerais de 21/11/96 autoriza mudança de endereço, da fazenda Santa Maria para o endereço atual.

▲ Identificação da Escola

ESCOLA MUNICIPAL DOMINGINHOS PEREIRA	
Avenida Que luz, s/ nº - Maracanã. Periferia Urbana de Montes Claros - MG Telefone: (38) 3229-3394	
E-MAIL DA ESCOLA: sme.emdp@gmail.com	
ATOS AUTORIZATIVOS: PORTARIA - 004/DOC/82, de 08/05/82 - autoriza o funcionamento do Ensino Fundamental (1ª à 4ª série). PORTARIA - 1085/96, MG - 21/11/96 - autoriza mudança de endereço, da fazenda Santa Maria PORTARIA - 651/98, MG – 30/05/98 - autoriza a extensão de série.	
CNPJ/CAIXA ESCOLAR: 01.903.216/0001-20	
22ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO	PÓLO: NORTE

NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINOS MINISTRADOS:

- ✦ ENSINO FUNDAMENTAL: 1° ao 9° ano de escolaridade
- ✦ EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: 1° ao 8° períodos.
- ✦ NÚMERO DE ALUNOS ATENDIDOS NO ENSINO FUNDAMENTAL: 1096
- ✦ NÚMERO DE ALUNOS ATENDIDOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: 119

O processo de elaboração do PPP da Escola Municipal Dominginhos Pereira foi fruto de um esforço coletivo onde a comunidade escolar sob coordenação dos gestores mapeou os aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais da região onde a escola está inserida, foi levada em conta a realidade dos alunos e famílias e analisado os acertos e desacertos. Não foi fácil envolver toda a comunidade escolar em discussões e decisões sobre a linha condutora dos trabalhos, grande parte do trabalho foi conduzido por representações desta comunidade.

Para Vasconcellos (2009), o PPP é um instrumento teórico-metodológico que dá um significado comum à ação dos atores escolares, resultando em uma proposta conjunta com foco em prática docente e gestoras voltadas efetivamente à aprendizagem dos alunos. Delineando uma linha de trabalho, o PPP ajuda a enfrentar os desafios do cotidiano de modo sistemático, reflexivo e participativo.

O PPP como instrumento de gestão democrática só terá sentido se possibilitar a renovação de conceitos e práticas pedagógicas, de modo a favorecer o trabalho docente na busca de uma melhor aprendizagem dos alunos. Como afirma Libâneo (2008, p.78), “escola democrática é a que propicia as condições de desenvolvimento cognitivo,afetivo e moral dos alunos”.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

Assegurar um ensino de qualidade, garantindo o acesso e a permanência dos alunos na escola, formando cidadãos críticos capazes de agir na transformação da sociedade. Neste sentido a Escola Municipal Dominginhos Pereira tem buscado ampliar a sua estrutura e funcionamento sem cercear seus colaboradores, sua autonomia. De acordo com Dourado (2000, p.7)

... as condições e os insumos para oferta de um ensino de qualidade são fundamentais para a construção de uma *boa escola* ou uma *escola eficaz*, sobretudo se estiverem articuladas às dimensões organizativas e de gestão que valorizem os sujeitos envolvidos no processo, os aspectos pedagógicos presentes no ato educativo e, ainda, contemplem as expectativas dos envolvidos com relação à aquisição dos saberes escolares significativos e às diferentes possibilidades de trajetórias profissionais futuras.

Seremos uma escola de referência pela qualidade do ensino que ministramos pela maneira como atendemos a todos e pela competência profissional de nossa equipe.

- Excelência: Visamos a qualidade em tudo que realizamos em nossa escola;
- Ética: Trabalhamos com elevado senso de compromisso, seriedade e respeito em nossas ações;
- Valorização: Incentivamos, valorizamos e reconhecemos as contribuições individuais e coletivas de nossos alunos e colaboradores;
- Respeito: Respeitamos a diversidade, dignidade e direitos de cada pessoa;
- Participação: Trabalhamos com a coletividade, com senso de comprometimento e solidariedade.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

Toda escola tem objetivos que deseja alcançar, metas a cumprir e sonhos a realizar. O conjunto dessas aspirações, bem como os meios para concretizá-las é o que dá forma e vida ao chamado Projeto Político Pedagógico. "O PPP se torna um documento vivo e eficiente na medida em que serve de parâmetro para discutir referências, experiências e ações de curto, médio e longo prazo", diz Paulo Roberto Padilha, diretor do Instituto Paulo Freire, em São Paulo.

Administrar vai além da simples metodologia de cumprir normas e regras é necessário fazer valer a legislação de forma democrática e responsável envolvendo todos os segmentos da escola.

- ▲ Levantamento de Turmas/Alunos

ENSINO FUNDAMENTAL
ANOS INICIAIS

ANO	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO
TURMAS	04	04	03	04	04
ALUNOS	110	111	98	127	120

ENSINO FUNDAMENTAL				
ANOS FINAIS				
ANO	6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO
TURMAS	05	05	06	03
ALUNOS	129	146	161	94

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA				
PRIMEIRO SEGMENTO				
PERÍODOS	1º PERÍODO	2º PERÍODO	3º PERÍODO	4º PERÍODO
TURMAS	01	01	01	01
ALUNOS	09	02	05	05

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS -EJA				
SEGUNDO SEGMENTO				
PERÍODOS	5º PERÍODO	6º PERÍODO	7º PERÍODO	8º PERÍODO
TURMAS	00	01	01	01
ALUNOS	00	29	40	33

2.1.1 Aspectos Financeiros

O Projeto Político Pedagógico reflete o processo de planejamento global da escola, os aspectos Políticos, Pedagógicos, Humanos, Administrativos e Financeiros são indissociáveis, faz-se necessário um Projeto Político – Pedagógico que resgate a transparência na gestão dos recursos públicos, o que requer responsabilidades uma vez que esta gestão é regulamentada pelas leis federais de Direito Financeiro (4.320/64) e de licitações (8.666/93) e pela lei complementar de Responsabilidade Fiscal (101/2000).

O artigo 212 da Constituição diz que a União deve aplicar no mínimo 18%(e

os estados e municípios, 25%) de suas receitas em Educação. A verba que vem do governo federal é distribuída pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) por canais como o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) - depositado na conta bancária da entidade executora da escola Caixa Escolar ganhando rapidez para suprir necessidades básicas de manutenção, aquisição de material didático e formação.

A gestão financeira deve ser compartilhada com todos os segmentos representativos da escola, com participação ativa do conselho escolar, conselho deliberativo e conselho fiscal. O recurso financeiro direto na escola simboliza avanços na qualidade do ensino e na estruturação da escola. Antes da distribuição dos recursos é imprescindível definir prioridades na aquisição de materiais de consumo e de bens de capital, formação continuada dos profissionais da educação.

A Unidade Executora (Caixa Escolar) da Escola Municipal Dominginhos Pereira, composto por todos os segmentos da comunidade escolar elabora o plano de aplicação financeira que é deliberado pelo conselho deliberativo, acompanhado e aprovado pelo conselho Fiscal e pelo Conselho Escolar.

A verba é destinada de acordo com o número de matrículas efetivada pela escola com base em dados do censo do ano anterior.

RECEITA	DESPESAS
PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) R\$14.744,40	Material de consumo, manutenção, e bens permanentes. Distribuídos de acordo com o plano de aplicação.

2.1.2 Aspectos Humanos

A Escola Municipal Dominginhos Pereira, em conformidade com a LDBEN 9394/96 detém os seguintes princípios:

- ⤴ Igualdade de acesso e permanência dos alunos na Escola;
- ⤴ Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e propagar a cultura, a arte e o saber;
- ⤴ Respeito as diversidades e pluralismo de ideias.
- ⤴ Apreço a tolerância e a liberdade;
- ⤴ Excelência em educação;

- ⤴ Garantia da gratuidade do ensino;
- ⤴ Universalização dos saberes;
- ⤴ Valorização do senso comum;
- ⤴ Valorização das pra educacionais;

Atendendo uma clientela inserida em comunidades constituídas por famílias da periferia, trabalhadores braçais, funcionários de pequenas indústrias e muitos pais desempregados, sobrevivendo de ações afirmativas de poder público. Boas partes das famílias se encontram desestruturadas pelas constantes separações de pais, mães ausentes, porque trabalham para manter os filhos. São, portanto alunos provenientes de classe socioeconômica baixa sendo de suma importância evidenciar o aspecto humano neste documento, onde os direitos e deveres, dos alunos, professores, pais e demais colaboradores sejam cotidianamente discutidos, analisados, avaliados e colocados em prática.

Setores	Número de Funcionários	Habilitação				Obs.
		Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Pós-Graduação	
Professores PBI	32	-	01	31	-	-
Professores PBII	37	-	-	37	-	-
Pedagogos	05	-	-	05	04	-
Auxiliares de Serviços Gerais	24	-	-	01	-	-
Auxiliares de secretaria	07	-	-	07	-	-
Auxiliares de docência	07	-	-	-	-	-
Secretário Escolar	01	-	-	-	-	-

Setores	Número de Funcionários	Habilitação				Obs.
		Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Pós-Graduação	
Inspetores de alunos	04	-	01	03	00	-
Diretor	01	-	-	-	01	-
Vice-diretor	00	-	-	-	-	-
Vigias	06	-	06	-	-	-

2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica

A proposta pedagógica da escola reflete sua identidade, missão e visão de futuro tirando o máximo, partindo da diversidade do sistema escolar, pois é a diversidade que permite a contextualização de práticas educativas ação imprescindível para que cada um dos envolvidos encontre um sentido positivo para o exercício do trabalho intelectual de aprender.

Na proposta pedagógica se concretizar ações que visam à melhoria da qualidade do ensino e as necessidades básicas da aprendizagem em seus diversos níveis e modalidades definindo os conteúdos curriculares, estabelecendo novas disciplinas, introduzindo novas metodologias, programas especiais, medidas de combate a evasão e retenção escolar, adotar critérios de organização dos tempos escolares (Calendário, grade de horários). Acompanhar a qualidade do trabalho dos docentes é algumas das ações que norteiam o trabalho pedagógico da escola, garantindo a aprendizagem dos alunos.

... a qualidade do ensino mesmo atendida a universalização da população em idade escolar, será sempre uma meta, seja pelo caráter cumulativo conhecimento, seja pelas circunstâncias históricas que condicionam e para as quais ele deve buscar caminhos cada vez mais abertos. Contudo, em qualquer circunstância, a qualidade supõe profissionais do ensino com sólida formação básica, aí compreendidas o domínio dos métodos e

técnicas de ensino e o acesso à educação continuada, presencial ou à distância. (CURY, 2012, p.9)

As normas de funcionamento que regem a atuação de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem são determinantes na qualidade do ensino, interferindo de forma proativa na formação dos alunos.

Atribuir sentidos aos conteúdos curriculares é respeitar os saberes individuais atribuindo-lhes significados remetendo a forma e saberes socialmente estruturado.

A abordagem interdisciplinar contribui para dar significados aos vários contextos sociais. As intervenções pedagógicas são pontuais e promove a realização de aprendizagem e estabelece uma relação entre o que se pretende conhecer e as possibilidades de observação, reflexão e informação que o aluno é detentor.

Os conteúdos são estruturados em três dimensões: Conteúdos conceituais, que envolvem fatos e princípios; conteúdos procedimentais e conteúdos atitudinais que envolvem as normas, os valores e atitudes.

A concepção de avaliação segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais vai além do uso da avaliação como mecanismo de coação e controle, prevalecendo a concepção de avaliação como parte integrante do processo educacional.

O Conselho Nacional de Educação recomenda que as formas mais contínuas de avaliação (como a observação do comportamento do aluno e exercícios em classe) tenham peso maior do que resultados mais específicos, como os de provas finais. Dessa forma, mais do que promover o aluno para o próximo ano, a avaliação pode ajudar a identificar as maiores dificuldades de aprendizagem. É importante notar que a avaliação serve, também, para detectar problemas no próprio ensino: por isso, o Conselho recomenda que a família e o aluno tenham direito de discutir os resultados com os professores e gestores escolares. Assim, os próprios procedimentos de ensino e avaliação podem ser revistos de acordo com as necessidades dos alunos.

O planejamento além de ser uma ferramenta pedagógica imprescindível, o planejamento também promove a utilização eficiente dos recursos e do tempo na escola. Ele tem que ser algo inerente ao ser humano. No processo de ensino e aprendizagem o planejamento requer qualidade e intencionalidade.

Existem três dimensões básicas que precisam ser consideradas no planejamento: A realidade, a finalidade e o plano de ação.

Os planejamentos seguem a uma sistemática predeterminada. Acontecem periodicamente.

CRONOGRAMA DE PLANEJAMENTOS	
1º AO 5º ANOS	Utilizar o horário de Educação Física
6º AO 9º ANOS	Módulo 02

O planejamento também será destacado nas formações continuada e nas reuniões pedagógica.

O planejamento anual é uma estratégica que consolida as ações da escola, pois envolvem todos os segmentos da escola que definem conteúdos, objetivos, atividades, procedimentos e o tempo previsto para o desenvolvimento do trabalho.

O planejamento prevê um trabalho voltado para o educando com assistência individual aos alunos com dificuldades de aprendizagem, orientação ao cumprimento das normas e regras da escola.

Os projetos pedagógicos emergentes da realidade dos alunos têm como eixos integradores os conteúdos curriculares. Estes não se restringem apenas às salas de aula, mas envolvem comunidade e parceiros externos.

O conselho de classe é uma das poucas oportunidades em que é possível reunir os docentes das diversas disciplinas de um mesmo ano com o objetivo de analisar os processos de ensino e de aprendizagem sob múltiplas perspectivas. Quando as discussões são bem conduzidas, elas favorecem aspectos como a análise do currículo, da metodologia adotada e do sistema de avaliação da instituição. Dessa forma, possibilitam aos professores uma interessante experiência formativa, permitindo a reavaliação da prática didática.

O conselho é coordenado pelo supervisor escolar em três reuniões anuais onde são pontuadas questões de aprendizagem, indisciplina e freqüência. As questões são registradas em fichas específicas. As intervenções acontecem no decorrer da etapa.

3. CURRÍCULO

A LDB estabeleceu para o território nacional em seu artigo 26:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas

características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

O Plano Curricular do Ensino Fundamental é expressão formal da concepção do currículo da escola, decorrente de sua proposta pedagógica e conterá uma base nacional comum e uma parte complementar, diversificada.

A escola é um espaço social, emancipador e libertador, cenário de socialização da mudança. Sendo ambiente social tem um duplo currículo, o explícito e o formal, o oculto e o informal. O currículo educativo representa a composição do conhecimento e valores que caracterizam um processo social. Ele é proposto pelo trabalho pedagógico na escola. Atualmente o currículo é uma construção social, na acepção de estar inteiramente vinculado a um momento histórico, á determinada sociedade e as relações como conhecimento .

O currículo ideal é aquele que acrescenta saberes aos saberes adquiridos pelo aluno no seu grupo de convívio, agrega valores e insere contextos evitando o clássico conceito de programa ou grade curricular. O currículo deve abranger tudo que acontece no espaço escolar, os conflitos, as atividades programadas e desenvolvidas sob sua responsabilidade e que envolvem a aprendizagem dos alunos na escola e fora dela.

A concretização do currículo no espaço dinâmico que é a escola vai produzir simultaneamente diferentes tipos de currículos.

O Currículo Formal é entendido como o conjunto de prescrições oriundas das diretrizes curriculares produzidas nacionalmente no sistema público e/ou ainda na escola indicados nos documentos oficiais, nas oficiais, nas propostas pedagógicas e nos regimentos escolares.

O Currículo Real é a transposição pragmática do currículo formal, é a interpretação que os professores e alunos constroem conjuntamente no cotidiano do enfrentamento das dificuldades, sejam conceituais, materiais, de relação professor/aluno e aluno/aluno; são as sínteses construídas por eles a partir dos elementos do currículo formal e das experiências pessoais de cada um.

Já o Currículo Oculto é aquele que escapa das prescrições, sejam elas originárias do currículo formal ou do real. Ele serve para reforçar as regras que cercam o uso dos conflitos. E estabelece uma rede de suposição que visa determinar regras sobre conduta dos estudantes.

Esse processo é uma maneira bastante tímida de trabalhar conceitos

transversais para a formação global do aluno, uma vez que tais intervenções acontecem, geralmente sem que estejam deliberadamente sistematizadas ou incluídas nas disciplinas.

Em um currículo oculto, as suposições em sala não podem ser planejadas, pelo próprio fato de serem tácitas e incidentais.

A Escola dispõe de uma Matriz de Referência, definindo propostas para as séries iniciais e finais do Ensino Fundamental, e proposta específica da Educação de Jovens e Adultos que visa nortear a produção coletiva do plano de trabalho da escola, propondo capacidades e descritores que de forma holística fomentarão as discussões das equipes pedagógicas na elaboração dos planejamentos diários, como os planos de ensino, definição de metodologias e avaliação.

Os Programas de Ensino serão elaborados tomando como referência os conteúdos propostos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e municipais, bem como os indicadores propostos pelo Projeto Pedagógico da Escola.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A Escola Municipal Dominginhos Pereira conta com uma rede física de 19 salas de aulas, banheiros, refeitório, cantina, biblioteca, sala de multimídias, 02 laboratórios de informática, quadra coberta, campo de futebol, cantina, sala de música, 02 salas de professores, sala de recursos humano, sala de recursos para atendimento as crianças portadoras de necessidades, estacionamento, secretária, 02 salas de supervisores.

A escola se organiza em anos escolares:

No turno vespertino atende 1º ao 5º ano de escolaridade com faixa etária de 06 a 10 anos;

No turno matutino atende 6º ao 9º ano de escolaridade com faixa etária de 11 a 14 anos.

A Educação de jovens e Adultos atende alunos acima de 15 anos.

O Ensino Fundamental terá duração mínima, de nove anos, obrigatório, tendo por objetivo a formação básica do cidadão, mediante incisos I, II, III, e Parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º do inciso IV da LDB 9.394/96

Segundo a LDB 9.94/96, se faz necessário ao professor fazer a avaliação dentro da filosofia: ação-reflexão-ação, como prática de se auto-avaliar e avaliar todo

o processo educativo que comungou o ideal: a qualidade do ensino-aprendizagem.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

A Escola Municipal Dominginhos Pereira atua em conjunto com o conselho escolar (Colegiado) nas tomadas de decisões, buscando apontar soluções para os mesmos. Todas as decisões tomadas pelo conselho estão de acordo com o regimento escolar.

O grêmio estudantil tem um estatuto organizado e uma formação que atuou em 2007, sendo desativado em 2008.

O colegiado é formado pelos segmentos da comunidade escolar incluindo a representação de alunos maiores de 14 anos.

A escolha do gestor no sistema Municipal na qual a escola está inserida é por indicação política.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

O clima organizacional da escola reflete uma relação democrática com tomadas de decisões coletivas em prol de uma aprendizagem que tenha significado para o aluno. Para Japenga (2010, p.46)

Compreender as relações de poder na escola é necessário para apontar propostas que enfatizem relações que possibilitam a participação de todos os atores (alunos, pais, sindicato, professores, diretores, coordenadores etc.). A participação é requisito essencial para a democratização das relações no interior das escolas públicas. É importante assinalar, nesse sentido, a necessidade da partilha do poder, o que envolve a participação na tomada de decisões.

Os conflitos existem e são administrados visando o bem comum. Pode-se dizer, de certo modo, que o ambiente escolar é constituído de múltiplas educações. Na comunidade que se forma no interior da escola e nas relações entre os sujeitos que dela participam se cruzam e se influenciam diferentes saberes e vivências. Por isso a ética precisa está presente nesta complexa rede de relacionamentos.

O grupo de trabalho da escola é atuante e comprometido com uma educação de qualidade. Busca o conhecimento e a informação, pois reconhece a importância do papel de cada um como agente transformador da realidade.

7. AVALIAÇÃO

Cipriano Carlos Luckesi, professor de pós-graduação em Educação na Universidade Federal da Bahia, diz que o processo de avaliar tem, basicamente, três passos:

- conhecer o nível de desempenho do aluno (constatação da realidade);
- comparar essa informação com aquilo que é considerado importante no processo educativo (qualificação);
- tomar as decisões que possibilitem atingir os resultados esperados.

Segundo Luckesi, a avaliação só vai provocar o desenvolvimento do discente se fizer sentido para ele.

A Escola Municipal Dominginhos Pereira tem procurado tratar o processo de avaliação como um processo dinâmico e sistemático, onde os aspectos qualitativos da aprendizagem prevalecem sobre o quantitativo.

Avaliar consiste em diagnosticar a situação real de aprendizagem do aluno em relação aos indicadores de desempenho, definidos pela escola em sua proposta pedagógica.

A avaliação é entendida como fonte principal de informação e referência para a formulação de práticas educativas que possibilitem a formação global dos alunos, como parte do processo de aprendizagem, tem uma função diagnóstica que busca investigar os conhecimentos que o aluno traz para a sala de aula; é formadora, no sentido de acompanhar as etapas de aprendizagem e da totalidade de percurso pessoal, inclusive para reorientá-lo e tem um caráter de continuidade, visando organizar as ações educativas subseqüentes.

A escola em conjunto com supervisores e professores define estratégias de avaliação no decorrer do trimestre lançando mão de todos os recursos possíveis para que esta seja um processo não um meio em si.

O resultado deste processo é analisado em conselhos de classes que acontecem em três reuniões anuais uma no final de cada trimestre.

A divulgação dos resultados dos alunos é via boletins trimestrais.

Segundo a LDB, artigo 12, inciso V, a escola deverá prover meios para que a recuperação dos alunos que não atingiu os objetivos propostos, no artigo 13, inciso IV, docente deverá estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento.

A recuperação é uma estratégia de intervenção deliberada no processo educativo, quando as dificuldades são diagnosticadas, constituindo uma

oportunidade de levar o aluno ao desenvolvimento esperado.

Os alunos de recuperação visam proporcionar ao aluno oportunidades de aprendizagem para recuperar dificuldades verificadas no seu desempenho escolar.

Os estudos de recuperação, de caráter obrigatório, constituem oportunidades diversificadas e diferenciadas no processo de aprendizagem do aluno, tendo em vista a melhoria de seu aproveitamento.

Cabe à escola ministrar atividades planejadas, para cada conteúdo a ser recuperado, no momento em que se verificarem as falhas, provendo todo o meio possível para a recuperação do aluno.

Ao final do ano ou período letivo, ocorrida a recuperação contínua e diagnóstica, o aluno que ainda não atingiu o nível de aproveitamento desejável nos conteúdo (s), conforme a avaliação do Conselho de Classe, terá outra oportunidade, através dos Estudos Orientados e os Estudos Independentes a ser realizados no período de férias escolares.

O aproveitamento de estudos é a faculdade legal concedida à escola para que aproveitem, em seus cursos e atividades, estudos realizados com êxito na própria escola ou em outras instituições.

Pode ser feito mediante apresentação de documento escolar referente às séries, etapas, aos períodos, ciclos ou componentes curriculares nos quais o aluno obteve aprovação; ou por deliberação de uma comissão da própria escola, que classifique o candidato no nível correspondente ao seu desempenho, no caso de estudos não formais e no caso de reprovação.

Esse recurso se aplicará ao aluno da EJA, quando necessário.

A progressão parcial será adotada nos quatro anos finais do Ensino Fundamental, na EJA e no Ensino Médio.

Poderá beneficiar-se da progressão parcial o aluno que não apresentar o desempenho mínimo em até duas disciplinas.

Ficará retido na série/período em curso o aluno que não apresentar o desempenho mínimo em até duas disciplinas, incluindo-se nesse cômputo as disciplinas da série/período em que se encontra e aquelas em regime de progressão parcial.

Para definição da retenção do aluno, cada disciplina deve ser computada apenas uma vez, independentemente das séries em que incidir, tendo em vista que a recuperação deve ser planejada considerando as aprendizagens fundamentais de

cada área e as necessidades básicas de desenvolvimento do aluno.

O aluno concluirá o nível de ensino somente quando obtiver a aprovação nas disciplinas em que encontrar em regime de progressão parcial.

Será adotada a progressão continuada no 1º, 2º e 4º anos e nos anos finais 6º ao 9º anos e na Educação de Jovens e Adultos.

Classificar significa posicionar o aluno em séries anuais, períodos semestrais, ciclos ou outras formas de organização, compatíveis à sua idade, experiência, nível de desempenho ou de conhecimento, segundo processo de avaliação definido pela escola.

A classificação do aluno em qualquer período semestral, em série ou ciclo, exceto o 1º ano do ciclo inicial do Ensino Fundamental.

A decisão de reclassificação será decorrente de manifestação de uma comissão, presidida pela Direção da Escola, que tenha representantes docentes do curso no qual o aluno deverá ser reclassificado, bem como dos profissionais responsáveis pela Coordenação/ Supervisão das atividades pedagógicas.

Os documentos que fundamentam a classificação ou reclassificação serão arquivados na pasta de cada aluno, e seu resultado será registrado no livro de atas de resultados especiais e nos documentos individuais do aluno.

ASPECTOS PEDAGÓGICOS

Metas	Objetivos	Ação	Pessoal envolvido	Período de realização
Encontro de formação de professores.	Participar de capacitações mensais.	- Organização dos encontros pedagógicos com temas de necessidade e interesse. - Grupo de estudo para troca de experiências, reflexões e debates.	Diretor, supervisor, professores.	Decorrer do ano letivo.
Garantir a alfabetização dos alunos na idade certa.	Alfabetizar os alunos das turmas do 1º, 2º, 3º anos.	Prover intervenções pontuais.	Supervisores, professores, e parceiros externam.	Decorrer do ano letivo.
Integração da	Promover	Semana de	Diretor,	Decorrer do

família escola.	na	ações que envolvam toda a comunidade escolar.	Integração família escola. Palestras Encontro de pais Eventos Sociais (festa das mães, juninas, folclore, auto de natal).	supervisor, professores, supervisores da S.M.E	ano letivo (pelo menos duas vezes ao ano, além das reuniões trimestrais).
Garantia de frequência diária dos alunos.	de	Assegurar a frequência dos alunos.	Conscientização dos pais e alunos.	Comunidade escolar. Programa de combate a evasão. Policia militar. Conselho tutelar.	Decorrer do ano letivo.
Monitoramento da aprendizagem.		Adotar um sistema de avaliação formativa.	Instrumentalizar professores, quanto à concepção de avaliação.	Supervisor, professores, alunos e toda a comunidade escolar.	Decorrer do ano letivo.
Redução da taxa de reprovação.	da	Elevar o índice de aprovação.	Estabelecer o monitoramento e intervir nas dificuldades dos alunos.	Diretor, supervisor, professores e alunos.	Decorrer do ano letivo.
Parcerias.		Viabilizar parcerias entre a escola, instituições de ensino superior, empresa, entidades beneficentes, comunidade.	Projetos de esporte e lazer. Atendimento diverso a comunidade (social). Organização, construção e doação de materiais didáticos.	Estratégias das universidades da cidade. Comunidade escolar.	Decorrer do ano letivo.

A educação não pode ser uma tarefa isolada entre os diferentes funcionários. É preciso que todos que trabalham na escola atuem de maneira coerente, coordenada e organizada para a busca da melhoria da qualidade.

De acordo com Navarro (2004, p.1)

(...) todo o processo educativo passa a ter a maior relevância, como meio para a efetivação da aprendizagem, e o produto desse processo – a aprendizagem efetivamente alcançada – é o resultado de todo o esforço realizado pelos estudantes, docentes, gestores e todos os demais segmentos escolares. Nessa ótica, torna-se importante destacar que o sucesso ou fracasso na aprendizagem é coletivo, ou seja, da escola como um todo.

O momento de avaliar deverá ser aquele capaz de trazer importantes reflexões que façam emergir práticas cada vez mais consistentes e adequadas ao projeto educativo.

Portanto, a avaliação não poderá ter caráter punitivo ou classificatório, mas de estar promovendo alterações, mudanças – qualitativas, oportunizando às instituições escolares, aos momentos em que todos os seus profissionais envolvidos possam avaliar e serem avaliados, cada qual ao nível das competências e da função desempenhada e no papel desenvolvido por cada escola

A avaliação dos funcionários acontece somente no período probatório e no final do período aquisitivo para fins de progressão salarial. Não existe um sistema de avaliação democrático onde todos se avaliam e são avaliados.

A finalidade da avaliação institucional é obter um ensino que cada vez mais traduza, com clareza, seus compromissos com a sociedade e que além dos professores toda comunidade escolar seja avaliada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico se torna um instrumento vivo e eficaz servindo de parâmetro para discutir referências, experiências e ações de acordo com os prazos definidos, diz Paulo Roberto Padilha, diretor do Instituto Paulo Freire, em São Paulo.

A construção de uma gestão democrática verifica-se na construção coletiva do documento que determina os rumos da escola e reflete uma proposta maior a do município, e essa se informa e se reestrutura a partir do desenvolvimento das propostas das escolas públicas.

Espera-se que a construção desse documento possa gerar mudanças no modo de agir. Que todos percebam de forma clara qual é o foco de trabalho na escola e participam de seu processo de determinação, sendo verdadeiros parceiros da gestão.

Que o PPP possa ajudar a equipe escolar e a comunidade a enxergar como transformar sua realidade cotidiana em algo melhor. E que a elaboração não signifique nada além de um papel guardado na gaveta.

Este documento se baseia na Lei federal nº 9.394, de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nos CBCs -Conteúdos Básicos Curriculares do Estado de Minas Gerais e nos PCNs- Parâmetros Curriculares Nacionais , tendo como finalidade “desenvolver o educando,assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e nos estudos posteriores”.

REFERÊNCIAS

BRASÍLIA- **Lei nº 9394/96- Diretriz e Bases da Educação Nacional** - 20 de dezembro de 1996.

BRASILIA – **MEC – Secretaria de Educação Fundamental- Parâmetros Curriculares Nacionais** - 1997.

CIPRIANO, Carlos Luckesi. **Avaliação nota 10.** Disponível em <<http://revistaescola.abril.com.br/planejamento-e-avaliacao/avaliacao/avaliacao-nota-10-424569.shtml>> . Acesso em 07/05/13.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação : Um campo de atuação do gestor educacional na escola.** Disponível em <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=4224&advanced=1&paging=1&page=2>> . Acesso em 10/04/13

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. **Brasil: MEC/LNEP. A qualidade da educação: conceitos e definições.** Disponível em <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=4224&advanced=1&paging=1&page=2>>. Acesso em 05/04/13

JAPENGA, Alaíde Pereira. **A Democratização das Relações de trabalho na Escola Pública Básica.** Disponível em <<http://www2.marília.unesco.br/revistas/Index.php/orgdemo/article/viewfile/458/357>>. Acesso em 20/04/13.

LIBÂNIO, José Carlos. **A política educacional e o funcionamento interno das escolas. Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, v. 14, n.80, p. 76-78, mar./ abr.2008.

MONTES CLAROS- **Secretaria Municipal de Educação-Proposta Politico-Pedagógica-Conteúdos Básicos do Ensino Fundamental.** 2002.

NAVARRO, Ignez Pinto (et al). **Avaliação: o processo e o produto.** Disponível em <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=4224&advanced=1&paging=1&page=2>> Acesso em 20/04/13.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico - do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** São Paulo: Libertad, 2009.

